

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.959 - SP (2019/0300555-9)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LAZARO GUSTAVO RODRIGUES LOPES**  
**ADVOGADO : LAZARO GUSTAVO RODRIGUES LOPES - SP343362**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : VERONICA NOBREGA DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PENAL. TRÁFICO. 441,09g DE MACONHA. PEDIDO DA DEFESA DE REEXAME DA DOSIMETRIA. ALEGAÇÃO DE *BIS IN IDEM* NA PRIMEIRA E TERCEIRA FASES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. OUTROS FATOS CONSIDERADOS PARA CONCLUIR PELA INTEGRAÇÃO A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REGIME INICIAL. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Ordem denegada, liminarmente.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Veronica Nobrega dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora a 11ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narra-se que o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Lucélia/SP condenou a ora paciente como incurso no art. 33, § 4º, c/c o art. 40, inciso III, todos da Lei n. 11.343/2006, às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de mais 583 dias-multa (Processo n. 0000052-10.2016.8.26.0592).

Defesa e acusação apelaram. Negou-se provimento ao recurso da defesa e à apelação interposta pela acusação, o Tribunal estadual deu provimento ao recurso para majorar as penas da ré para 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão e pagamento de 680 dias-multa.

Sobreveio o presente *writ*, em que a Defensoria Pública busca, em caráter liminar, a colocação da paciente em regime menos gravoso.

No mérito, requer que seja aplicada a causa de diminuição do § 4º do art. 33

# Superior Tribunal de Justiça

da Lei n. 11.343/2006 em grau máximo, bem como fixado regime menos gravoso para o início do cumprimento da reprimenda e, ainda, substituída a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, caso a sanção final seja fixada em patamar inferior a 4 anos.

É o relatório.

Na sentença, ao fixar a pena imposta ao paciente, o Magistrado aplicou o redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

A Corte de origem, por sua vez, ao acolher o recurso acusatório, vedou a incidência do redutor especial da pena com base nas seguintes conclusões (fls. 43/44):

[...]

Razão assiste ao Ministério Público ao pretender o afastamento do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, na derradeira fase da dosimetria das penas de ambas as acusadas, porquanto as apelantes foram surpreendidas na posse de grande quantidade de entorpecentes (441,09g de maconha com Verônica e 339,26g do mesmo tóxico com Adriana).

Outrossim, perante a autoridade policial (fls. 65), a apelante contou que uma mulher desconhecida ofereceu-lhe dinheiro para levar a droga para o interior do presídio e que o entorpecente não seria destinado a seu marido. Informou, ainda, que a droga lhe foi entregue por um rapaz desconhecido, na rodoviária local, e que agiu assim por estar precisando de dinheiro em virtude de dificuldade financeira, demonstrando, desta forma, o envolvimento de ambas com o crime organizado e a dedicação a atividades criminosas.

[...]

Ora, não há falar em fundamentação inidônea e em *bis in idem* pela elevação da pena-base em 2 anos de reclusão e pelo afastamento da causa de diminuição da pena, uma vez que, para afastar o privilégio, o julgador trouxe, também, fundamentos relacionados ao *modus operandi* do delito, principalmente no que concerne à forma em que a droga foi entregue à paciente ("a apelante contou que uma mulher desconhecida ofereceu-lhe dinheiro para levar a droga para o interior do presídio" e "a droga lhe foi entregue por um rapaz desconhecido, na rodoviária local, e que agiu assim por estar precisando de dinheiro em virtude de dificuldade financeira"), o que fez o Julgador entender pelo envolvimento da paciente com o crime organizado.

Ora, não se trata de fundamento único - quantidade de drogas - , como afirma a defesa, mas, sim, também, de outros aspectos que foram considerados para o

# Superior Tribunal de Justiça

afastamento do privilégio.

De fato, para fazer jus ao art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, não pode existir comprovação de que a paciente integre organização criminosa e, na hipótese dos autos, tendo havido essa confirmação pela instância ordinária, qualquer reexame em sede de *habeas corpus* se torna inviável, em razão do conjunto fático-probatório dos autos.

Ademais, verifica-se, por outro lado, que a pena-base foi majorada, também, com base nas circunstâncias e consequências do delito, como afirma a Corte *a quo* (fl. 49), uma vez que o juiz singular ponderou que as *porções da droga estavam escondidas em partes íntimas da acusada (vagina e ânus), o que deve ser sopesado negativamente. Inegável a dificuldade de localização, pois necessário o encaminhando à Santa Casa para realização de exame de raio-X, causando transtorno no meio social e àqueles que, já em situação delicada de saúde, precisam aguardar tal verificação para que sejam atendidos no único estabelecimento hospitalar da cidade. Tal conduta ainda dificulta qualquer realização de revista pelo seu caráter íntimo e invasivo (fl. 32).*

No que se refere ao regime inicial de cumprimento da pena, plenamente cabível a fixação de regime inicial mais gravoso em razão de a pena-base ter sido fixada acima do mínimo legal (com base no art. 42 da Lei de Drogas e na negatificação das circunstâncias e consequências do delito).

Assim, ausente constrangimento ilegal na hipótese dos autos.

Ante o exposto, **denego** a ordem liminarmente (art. 34, XVIII, b, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator